

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA FERNAO DIAS S.A. (“Autopista Fernão Dias”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.326.342/0001-70, com sede na Rodovia Fernão Dias, BR 381 – KM 850 nº S/N – Pista Norte, Bairro Setor Industrial, CEP: 37.556-338, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Pouso Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

Alisson de Almeida Freire
Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Financeira &
Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A. (“Autopista Fernão Dias”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.326.342/0001-70, com sede na Rodovia Fernão Dias, BR 381 – KM 850 nº S/N – Pista Norte, Bairro Setor Industrial, CEP: 37.556-338, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Pouso Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

Alisson de Almeida Freire
Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Financeira &
Relação Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 3 (ii) 4.3.2 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão.</p> <p>Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC) às quais esses ativos estão alocados.</p> <p>A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (<i>corporate finance</i>): <ul style="list-style-type: none"> (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
----------------------------------	---------------------------------------

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, imposto de renda e contribuição social diferidos diferidos ativo e passivo líquido no montante de R\$ 110.604 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA).

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*):

(i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa;

(ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado;

(iii) se os cálculos matemáticos estão adequados;

(iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração;

(v) se os resultados dos fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente; e

(vi) da confiabilidade e relevância dos dados utilizados no cálculo do valor em uso.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 16 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa		
		31.12.2022	31.12.2021			31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTES				CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	5	412.583	10.585	Financiamentos	12	-	102.278
Aplicações financeiras	5	209.133	14.529	Debêntures	13	10.364	9.871
Contas a receber	6	30.051	25.772	Fornecedores	14	30.835	20.661
Contas a receber - partes relacionadas	16	307	172	Arrendamento mercantil a pagar	15	13.778	4.744
Despesas antecipadas		3.653	2.097	Obrigações sociais		10.032	8.369
Impostos a recuperar		5.211	969	Obrigações fiscais		5.937	4.141
Antecipação de IR e CS sobre lucros		-	312	Contas a pagar - partes relacionadas	16	4.069	3.603
Adiantamentos a fornecedor		25	2	Cauções contratuais	14	9.849	7.829
Aplicações financeiras vinculadas		143	-	Taxa de fiscalização		1.539	1.417
Outros créditos		658	415	Provisão para manutenção em rodovias	18	60.182	61.557
Total dos ativos circulantes		661.764	54.853	Provisão para investimentos em rodovias	18	82.922	76.506
				Outras contas a pagar		7.492	8.291
NÃO CIRCULANTES				Total dos passivos circulantes		236.999	309.267
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	32.753	NÃO CIRCULANTE			
Despesas antecipadas		6.050	6.570	Financiamentos	12	-	302.139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	110.604	208.471	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	16	302.104	152.739
Depósitos judiciais	18	17.782	17.777	Debêntures	13	989.615	96.550
Outras contas a receber	6	3.140	3.103	Arrendamento mercantil a pagar	15	10.385	14.271
Realizável a longo prazo		137.576	268.674	Obrigações fiscais		5.930	1.189
				Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	5.736	6.208
Direito de uso	9	22.848	18.350	Provisão para manutenção em rodovias	18	54.418	60.721
Imobilizado	10	8.387	7.181	Total dos passivos não circulantes		1.368.188	633.817
Intangível em operação	11	1.342.987	1.635.930	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Infraestrutura em construção	11	74.827	78.467	Capital social	19	1.513.585	1.513.585
		1.449.049	1.739.928	Reservas de lucros		(870.383)	(393.214)
Total dos ativos não circulantes		1.586.625	2.008.602	Total do patrimônio líquido		643.202	1.120.371
TOTAL DOS ATIVOS		2.248.389	2.063.455	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.248.389	2.063.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	572.300	499.484
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(498.670)	(448.091)
LUCRO BRUTO		<u>73.630</u>	<u>51.393</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	21	(28.400)	(26.829)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	11	(337.199)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>1.876</u>	<u>3.852</u>
		<u>(363.723)</u>	<u>(22.977)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(290.093)</u>	<u>28.416</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	22.562	2.184
Despesas financeiras	22	(111.764)	(55.134)
Variação cambial, líquida		<u>(7)</u>	<u>(34)</u>
		<u>(89.209)</u>	<u>(52.984)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE		<u>(379.302)</u>	<u>(24.568)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	7	(97.867)	7.943
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(477.169)</u>	<u>(16.625)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	24	<u>(0,2089)</u>	<u>(0,0073)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(477.169)	(16.625)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(477.169)</u>	<u>(16.625)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.536.885	(56.500)	1.480.385	(376.589)	1.103.796
Prejuízo do exercício		-	-	-	(16.625)	(16.625)
Aumento de capital	19	-	33.200	33.200	-	33.200
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>1.536.885</u>	<u>(23.300)</u>	<u>1.513.585</u>	<u>(393.214)</u>	<u>1.120.371</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(477.169)	(477.169)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>1.536.885</u>	<u>(23.300)</u>	<u>1.513.585</u>	<u>(870.383)</u>	<u>643.202</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do período		(477.169)	(16.625)
Ajustes para conciliar o prejuízo do período com o caixa do período gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	21	167.219	146.981
Baixa de ativos permanentes	10 e 11	18	851
Baixa de ativos por direito de uso	7	-	131
Redução ao valor recuperável	11	337.199	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	97.867	(7.943)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(5.028)	(1.768)
Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debentures privadas		31.606	5.583
Juros e variações monetárias de empréstimos		27.436	33.945
Juros e variações monetárias de debêntures		29.288	5.937
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	18	9.368	7.749
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		3.952	4.208
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18	2.424	160
Constituição (reversão) de provisão para manutenção		25.512	38.899
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(4.316)	(3.963)
Contas a receber - partes relacionadas		(135)	(90)
Despesas antecipadas		(1.036)	479
Impostos a recuperar		(1.975)	882
Outros créditos		(243)	245
Depósitos judiciais		(5)	164
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.396)	4.376
Fornecedores - partes relacionadas		466	429
Cauções contratuais de fornecedores		507	(1.242)
Obrigações sociais		1.663	1.432
Obrigações fiscais		5.610	1.520
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais		(6.848)	(4.565)
Taxa de Fiscalização		122	94
Custo de transação - empréstimo		(16.482)	573
Pagamento de juros		(45.827)	(35.579)
Outras contas a pagar		(799)	3.953
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		178.998	186.816
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	(2.631)	(522)
Aquisições de itens do intangível	23	(208.194)	(203.500)
Aplicação financeira vinculada		(143)	-
Valor resgatado das aplicações vinculadas		35.826	712
Aplicação Financeira		(194.604)	(3.103)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(369.746)	(206.413)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	15	(11.835)	(6.368)
Pagamento empréstimos – principal	12	(408.799)	(94.656)
Captações de empréstimos empresas ligadas	16	122.500	87.500
Emissão de debentures	13	1.000.000	-
Pagamentos debêntures - principal	13	(109.120)	(3.525)
Aumento de Capital		-	33.200
Caixa líquido provenientes utilizados nas atividades de financiamento		592.746	16.151
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		401.998	(3.446)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		10.585	14.031
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		412.583	10.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS			
Prestação de serviços	20	418.543	383.448
Receita dos serviços de construção	20	171.827	133.193
Outras receitas		21.071	22.175
Juros capitalizados		7.904	11.707
		<u>619.345</u>	<u>550.523</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(52.143)	(54.906)
Custo dos serviços de construção	21	(171.827)	(133.193)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(362.133)	(20.910)
Custo da concessão		(23.238)	(20.432)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	21	(25.512)	(38.899)
Outros		(7.711)	(8.457)
		<u>(642.564)</u>	<u>(276.797)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>(23.219)</u>	<u>273.726</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	21	(167.219)	(146.981)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>(190.438)</u>	<u>126.745</u>
Receitas financeiras	22	22.562	2.184
Outros	22	(7)	(34)
		<u>22.555</u>	<u>2.150</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>(167.883)</u>	<u>128.895</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		41.223	39.906
Benefícios		10.671	9.950
FGTS		2.946	2.387
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		115.163	7.504
Estaduais		1	2
Municipais		20.988	19.519
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		56.724	39.882
Juros capitalizados BNDES		657	629
Juros capitalizados Debentures		7.247	11.078
Aluguéis		(41)	247
Outras		22.101	8.833
Remuneração de capitais próprios:			
Juros		31.606	5.583
Integralização de Capital			
Prejuízo do exercício		(477.169)	(16.625)
		<u>(167.883)</u>	<u>128.895</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

***Autopista Fernão Dias
S.A.***

Demonstrações contábeis referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, a Brookfield Aylesbury-LLC, e a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construccion y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, e o crescimento do econômico do país não vem acompanhando esse crescimento nas mesmas proporções, gerou uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Fernão Dias segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, no montante de R\$337.199 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, essa provisão foi registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 11.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul – Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.

- 8,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.
- Adicional de 48 km de terceiras faixas

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$ 7.916. A partir de 31 de dezembro de 2022 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 80.479 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 1.373.264 (R\$ 787.931 em 31 de dezembro de 2021) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$ 456.559 (R\$ 757.012 em 31 de dezembro de 2021) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio, e em 31 de dezembro de 2022 não há obras estimadas passíveis de reequilíbrio, porém em 31 de dezembro de 2021 foi no valor de R\$ 182.226.

No ano de 2022 a Sociedade, informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes.

A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das demonstrações contábeis foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos Financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período de projeto da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- (c) Contratos de Seguros;
- (d) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- (e) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23);

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa e contas bancárias	11.318	1.549
Aplicações financeiras*	401.265	9.036
Total	<u>412.583</u>	<u>10.585</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fundos de investimentos**	<u>209.133</u>	<u>14.529</u>
Total	<u><u>209.133</u></u>	<u><u>14.529</u></u>

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,98% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,43% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.12.2022</u>		<u>31.12.2021</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	26.094	-	21.615	-
Cupons de pedágio a receber	533	-	553	-
Cartões de pedágio a receber	183	-	134	-
Receitas acessórias a receber (a)	3.112	3.140	3.426	3.103
Outras receitas a receber	<u>129</u>	<u>-</u>	<u>44</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>30.051</u></u>	<u><u>3.140</u></u>	<u><u>25.772</u></u>	<u><u>3.103</u></u>

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Cronograma de recebimento:

	<u>31.12.2022</u>		<u>31.12.2021</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Créditos a vencer	27.653	3.140	23.430	3.103
Créditos vencidos até 60 dias	1.916	-	1.691	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	385	-	52	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	<u>97</u>	<u>-</u>	<u>599</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>30.051</u></u>	<u><u>3.140</u></u>	<u><u>25.772</u></u>	<u><u>3.103</u></u>

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(379.302)	(24.568)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	128.963	8.353
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(294)	(410)
Total	<u>128.669</u>	<u>7.943</u>
Impostos diferidos não constituídos	226.536	-
Imposto contabilizado	(97.867)	7.943
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>(97.867)</u>	<u>7.943</u>
	<u>(97.867)</u>	<u>7.943</u>
Alíquota efetiva de impostos	26%	(32%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	<u>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</u>	
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	530.468	492.634
Provisão de participação nos lucros	3.267	2.753
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	5.736	6.208
Outras provisões	4.475	3.261
Provisão para manutenção de rodovias	114.600	122.278
Amortização acumulada de obras futuras	30.620	25.867
Arrendamentos	1.315	666
Impairment - Provisão para Redução ao Valor Recuperável - Ativos Operacionais	337.199	-

Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14

(c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(259)	(226)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	1.028.008	654.028
Alíquota nominal	34%	34%
Total	349.523	222.370

Diferenças temporárias passivas

Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	6.491	6.256
---	-------	-------

Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14

(c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	33.767	29.544
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(36.420)	(40.878)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(12.383)	(13.899)

Base do imposto de renda e contribuição social	337.140	208.471
--	---------	---------

Impostos diferidos não constituídos (d)	226.536	-
---	---------	---

Total do imposto de renda e contribuição social	110.604	208.471
---	---------	---------

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT); no cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles;

(b) Refere-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão

(d) Os impostos diferidos não constituídos referem-se a parte do prejuízo fiscal e base negativa considerada não recuperável em decorrência do teste de recuperabilidade futura, considerando lucros tributáveis futuros;

Movimentos de resultados representados por:

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo fiscal e base negativa	37.834	32.581
Provisão de participação nos lucros	514	955
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(472)	(197)
Outras provisões	1.214	(672)
Provisão para manutenção de rodovias	(7.678)	(18.399)
Amortização acumulada de obras futuras	4.753	4.342
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	235	176
Arrendamentos	649	389
Impairment - Provisão para Redução ao Valor Recuperável - Ativos Operacionais	337.199	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.223	4.219

Amortização estorno de capitalização de juros	(33)	(32)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	378.438	23.362
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>128.669</u>	<u>7.943</u>
Impostos diferidos não constituídos	226.536	-
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(97.867)</u>	<u>7.943</u>

Houve reconhecimento parcial de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para prejuízo fiscal da Sociedade limitado ao valor recuperável desse prejuízo conforme as projeções de resultados futuros.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permite a utilização no limite do ativo fiscal diferido reconhecido.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantinha aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos até outubro de 2022, porém foram quitados no mesmo período citado. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais, os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a soma das prestações pagas nos 3 (três) últimos meses, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$ 0 (R\$ 32.753 em 31 de dezembro de 2021), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, essas aplicações foram remuneradas em média a 97,90% a.a. da variação do CDI em 31 de dezembro de 2022 e em 95,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

DEBÊNTURES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$143 no ativo circulante, aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,90% a.a. da variação do CDI (95,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2021	18.880	3.291	450	151	-	202	22.974
Remensuração	1.492	-	577	816	-	-	2.885
Adições	-	-	-	12.261	62	79	12.402
Baixas	-	-	(450)	(152)	-	-	(602)
Saldo em 31.12.2022	<u>20.372</u>	<u>3.291</u>	<u>577</u>	<u>13.076</u>	<u>62</u>	<u>281</u>	<u>37.659</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2021	(4.083)	-	(376)	(38)	-	(127)	(4.624)
Amortização	(4.143)	(1.097)	(290)	(5.166)	(17)	(76)	(10.789)
Baixa	-	-	449	153	-	-	602
Saldo em 31.12.2022	<u>(8.226)</u>	<u>(1.097)</u>	<u>(217)</u>	<u>(5.051)</u>	<u>(17)</u>	<u>(203)</u>	<u>(14.811)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2021	14.797	3.291	74	113	-	75	18.350
Saldo em 31.12.2022	12.146	2.194	360	8.025	45	78	22.848
Taxas de amortização - a.a.	20%	33%	50%	45%	22%	31%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2020	23.050	3.072	416	1.076	177	181	27.972
Adições	-	3.342	-	-	-	45	3.387
Transferências/reclassificações	-	-	8	151	-	-	159
Baixas	(4.170)	(3.123)	26	(1.076)	(177)	(24)	(8.544)
Saldo em 31.12.2021	<u>18.880</u>	<u>3.291</u>	<u>450</u>	<u>151</u>	<u>-</u>	<u>202</u>	<u>22.974</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(4.520)	(1.975)	(72)	(717)	(134)	(92)	(7.510)
Amortização	(3.761)	(1.091)	(271)	(341)	(6)	(57)	(5.527)
Baixa	4.198	3.066	(33)	1.020	140	22	8.413
Saldo em 31.12.2021	<u>(4.083)</u>	<u>-</u>	<u>(376)</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>(127)</u>	<u>(4.624)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	18.530	1.097	344	359	43	89	20.462
Saldo em 31.12.2021	14.797	3.291	74	113	-	75	18.350
Taxas de amortização - a.a.	20%	33%	61%	29%	100%	30%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se a veículos administrativos.

(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.

(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.

(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2021	2.698	4.385	1.731	4.866	13.680
Adições	120	1.892	471	148	2.631
Alienações/baixas	-	(3)	-	(10)	(13)
Saldo em 31.12.2022	<u>2.818</u>	<u>6.274</u>	<u>2.202</u>	<u>5.004</u>	<u>16.298</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2021	(1.574)	(1.656)	(1.474)	(1.795)	(6.499)
Depreciações	(232)	(687)	(96)	(402)	(1.417)
Alienações/baixas	-	1	-	4	5
Saldo em 31.12.2022	<u>(1.806)</u>	<u>(2.342)</u>	<u>(1.570)</u>	<u>(2.193)</u>	<u>(7.911)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2021	1.124	2.729	257	3.071	7.181
Saldo em 31.12.2022	1.012	3.932	632	2.811	8.387
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2020	2.672	3.124	4.883	4.650	15.329
Adições	26	279	1	216	522
Transferências/reclassificações	-	982	-	-	982
Alienações/baixas	-	-	(3.153)	-	(3.153)
Saldo em 31.12.2021	2.698	4.385	1.731	4.866	13.680
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2020	(1.351)	(1.211)	(3.869)	(1.396)	(7.827)
Depreciações	(223)	(445)	(121)	(399)	(1.188)
Alienações/baixas	-	-	2.516	-	2.516
Saldo em 31.12.2021	(1.574)	(1.656)	(1.474)	(1.795)	(6.499)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2020	1.321	1.913	1.014	3.254	7.502
Saldo em 31.12.2021	1.124	2.729	257	3.071	7.181
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2021	2.525.339	7.029	-	2.532.368	78.467	2.610.835
Adições	143.782	1.726	8.000	153.508	42.131	195.639
Transferências/reclassificações	45.771	-	-	45.771	(45.771)	-
Alienações/baixas	(14)	-	-	(14)	-	(14)
Redução ao valor recuperável (d)	(337.199)	-	-	(337.199)	-	(337.199)
Saldo em 31.12.2022	<u>2.377.679</u>	<u>8.755</u>	<u>8.000</u>	<u>2.394.434</u>	<u>74.827</u>	<u>2.469.261</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2021	(892.928)	(3.510)	-	(896.438)	-	(896.438)
Amortizações	(154.345)	(668)	-	(155.013)	-	(155.013)
Alienações/baixas	4	-	-	4	-	4
Saldo em 31.12.2022	<u>(1.047.269)</u>	<u>(4.178)</u>	<u>-</u>	<u>(1.051.447)</u>	<u>-</u>	<u>(1.051.447)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2021	1.632.411	3.519	-	1.635.930	78.467	1.714.397
Saldo em 31.12.2022	1.330.410	4.577	8.000	1.342.987	74.827	1.417.814
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	2.370.363	6.316	72	2.376.751	85.509	2.462.260
Adições	78.363	705	(72)	78.996	70.883	149.879
Transferências/reclassificações	76.935	8	-	76.943	(77.925)	(982)
Alienações/baixas	(322)	-	-	(322)	-	(322)
Saldo em 31.12.2021	<u>2.525.339</u>	<u>7.029</u>	<u>-</u>	<u>2.532.368</u>	<u>78.467</u>	<u>2.610.835</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(753.278)	(3.002)	-	(756.280)	-	(756.280)
Amortizações/Reversões	(139.758)	(508)	-	(140.266)	-	(140.266)
Alienações/baixas	108	-	-	108	-	108
Saldo em 31.12.2021	<u>(892.928)</u>	<u>(3.510)</u>	<u>-</u>	<u>(896.438)</u>	<u>-</u>	<u>(896.438)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.617.085	3.314	72	1.620.471	85.509	1.705.980
Saldo em 31.12.2021	1.632.411	3.519	-	1.635.930	78.467	1.714.397
Taxas de amortização - a.a. (c)	5%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.
- (d) Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade capitalizou o montante de R\$ 7.904 (R\$ 11.707 em 31 de dezembro de 2021) referente aos custos de financiamentos e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2022 foi de 0,88% a.a. e em 2021 1,31% a.a., do total de juros provisionados no exercício, vide nota 12 e 13.

Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Sociedade efetuou teste de impairment durante o exercício de 2022 de acordo com os requisitos o CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2022.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 5,03% em 2023, 4,15% em 2024 e 3,63% de 2025 até 2033.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,83% em 31 de dezembro de 2022 (8,5% em 31 de dezembro de 2021).

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$337.199 em 31 de dezembro de 2022.

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2022	31.12.2021
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05% a.a.	mar-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	-	289.580
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25% a.a.	dez-29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	-	118.730
				-	408.310
			Custo de transação	-	(3.893)
			Total Geral	-	404.417
			Circulante	-	102.278
			Não circulante	-	302.139
			Total	-	404.417

Estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	102.830	305.480	408.310	96.612	406.521	503.133
Juros provisionados	26.945	1.148	28.093	34.574	-	34.574
Amortização de principal	(408.799)	-	(408.799)	(94.656)	-	(94.656)
Pagamento de juros	(27.604)	-	(27.604)	(34.741)	-	(34.741)
Transferência	306.628	(306.628)	-	101.041	(101.041)	-
	-	-	-	102.830	305.480	408.310
Custo de transação	-	-	-	(552)	(3.341)	(3.893)
Saldo final	-	-	-	102.278	302.139	404.417

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a.	set-26	-	106.526
9ª emissão - Série única	1.000.000	IPCA+6,38%	set-31	1.020.459	-
				<u>1.020.459</u>	<u>106.526</u>
			Custo de transação	<u>(20.480)</u>	<u>(105)</u>
			Total	999.979	106.421
			Circulante	10.364	9.871
			Não circulante	<u>989.615</u>	<u>96.550</u>
			Total	<u>999.979</u>	<u>106.421</u>

Os saldos estão representados por:

Moeda local	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	9.893	96.633	106.526	1.941	91.095	93.036
Captações/Renovações	-	1.000.000	1.000.000	-	-	-
Juros provisionados	19.743	16.792	36.535	5.482	11.533	17.015
Amortização de principal	(109.120)	-	(109.120)	(3.525)	-	(3.525)
Pagamento de juros	(13.482)	-	(13.482)	-	-	-
Transferências	106.226	(106.226)	-	5.995	(5.995)	-
	<u>13.260</u>	<u>1.007.199</u>	<u>1.020.459</u>	<u>9.893</u>	<u>96.633</u>	<u>106.526</u>
Custo de transação	(2.896)	(17.584)	(20.480)	(22)	(83)	(105)
Saldo final	<u>10.364</u>	<u>989.615</u>	<u>999.979</u>	<u>9.871</u>	<u>96.550</u>	<u>106.421</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
4ª emissão - Série única	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	0
9ª emissão - Série única	14.09.2022	1.000.000	1.000	15.09.2022	1.000.000

Em 31 de dezembro de 2022 as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das debêntures apresentam vencimento após 2023.

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	13.260
2025	100.523
Após 2026	<u>893.416</u>
	<u><u>1.007.199</u></u>

As debêntures da 9ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

De acordo com o Anexo I do contrato;

- (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).
- (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, o qual será acompanhado trimestralmente, for inferior a 1,2, não estiver sendo cumprido, ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. O ICSD será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Serviço da Dívida

Onde:

- (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
- (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e
- (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo

Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

- (iv) Distribuições aos Acionistas = Valores distribuídos aos acionistas a título de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital, repagamento de mútuos, ou qualquer forma de remuneração aos acionistas paga nos últimos 12 (doze) meses anteriores a apuração do ICSD.
- (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5 – entre 2022 e 2023

4,0 – em 2024

3,5 – em 2025

3,0 – em 2026

2,5 – em 2027

2,0 – entre 2028 e 2029

1,0 – entre 2030 e 2031

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e
- (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$ 30.835 (R\$ 20.661 em 31 de dezembro de 2021), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 9.849 (R\$ 7.829 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	4.744	14.271	19.015	5.051	15.688	20.739
Remensuração	1.435	1.450	2.885	-	8	8
Adições	12.314	88	12.402	1.263	2.275	3.538
Utilização	(12.228)	-	(12.228)	(6.725)	(36)	(6.761)
Ajuste a valor presente - AVP	2.089	-	2.089	1.491	-	1.491
Transferência	5.424	(5.424)	-	3.664	(3.664)	-
	<u>13.778</u>	<u>10.385</u>	<u>24.163</u>	<u>4.744</u>	<u>14.271</u>	<u>19.015</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	5.913
2025	<u>4.472</u>
	<u>10.385</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Outros	-	152	-	97
	<u>-</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>97</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referente aos arrendamentos realizados, foi de R\$ 11.835 e R\$ 6.368 em 31 de dezembro de 2021.

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são respectivamente R\$ 201 e R\$ 927 para PIS e Cofins. Em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R\$ 217 e R\$ 1.000.

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a taxa média é de 9,91% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras e despesas administrativas.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	-	10
Autovias S.A. (a)	-	5
Intervias S.A. (a)	-	5
Vianorte S.A. (a)	-	5
Fluminense S.A. (a)	307	137
Régis Bittencourt S.A. (a)	-	5
ViaPaulista S.A. (a)	-	5
	<u>307</u>	<u>172</u>
Total parte relacionada no ativo circulante	307	172
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.069	3.601
Litoral Sul S.A. (a)	-	2
	<u>4.069</u>	<u>3.603</u>
Total do passivo circulante	4.069	3.603
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	302.104	152.739
	<u>302.104</u>	<u>152.739</u>
Total do passivo não circulante	302.104	152.739

Contas de Resultado:	31.12.2022			31.12.2021		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(31.606)	-	-	(5.583)	5
Outras partes relacionadas						
Autovias S.A.	-	-	-	-	-	5
Intervias S.A.	-	2	-	-	-	5
Vianorte S.A.	-	-	-	-	-	5
Régis Bittencourt S.A.	-	-	-	-	-	5
Litoral Sul S.A.	-	-	-	-	-	(8)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	-	-	-	(380)
ViaPaulista S.A.	-	-	-	-	-	5
Total	-	(31.604)	-	-	(5.583)	(358)

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.
- (b) Refere-se a serviços de manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	268.500	33.604	58.500	1.994
			<u>268.500</u>	<u>33.604</u>	<u>58.500</u>	<u>1.994</u>

- (d) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, sinalização horizontal e controle tecnológico, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, 01 de setembro de 2020 a 01 de novembro de 2022.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$ 0 (R\$ 1.132 em 31 de dezembro de 2021), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 3.163 (R\$ 3.941 em 31 de dezembro de 2021). Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$1.905.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$ 3.267 e R\$ 2.753.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A movimentação dos saldos dos riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2022</u>
Cíveis	1.634	5.145	(1.394)	(5.265)	1.736	1.856
Trabalhistas	1.258	1.068	(377)	(1.538)	-	411
Regulatório	3.200	(490)	-	-	557	3.267
Fiscal	116	131	(131)	(45)	131	202
Total	<u>6.208</u>	<u>5.854</u>	<u>(1.902)</u>	<u>(6.848)</u>	<u>2.424</u>	<u>5.736</u>

	<u>31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2021</u>
Cíveis	1.320	5.638	(2.513)	(2.971)	160	1.634
Trabalhistas	1.758	2.215	(1.121)	(1.594)	-	1.258
Regulatório	3.327	-	(127)	-	-	3.200
Fiscal	-	116	-	-	-	116
Total	<u>6.405</u>	<u>7.969</u>	<u>(3.761)</u>	<u>(4.565)</u>	<u>160</u>	<u>6.208</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R\$5.736 e R\$6.208, respectivamente. A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade para os quais não foram constituídas provisões e que sumarizam o montante de R\$12.846 (R\$14.453 em 31 de dezembro de 2021).

<u>Possíveis</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Cíveis	2.799	7.495
Trabalhistas	381	244
Ambiental	44	-
Regulatório	8.218	5.983
Fiscal	1.404	731
Total	<u>12.846</u>	<u>14.453</u>

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referente a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$ 17.782 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 17.777 em 31 de dezembro de 2021) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias. A taxa de desconto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 6,40% a.a.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2021	76.506	61.557	-	60.721	76.506	122.278
Adições/Reversões	-	(5.644)	6.232	31.156	6.232	25.512
Utilizações	(50)	(40.235)	-	-	(50)	(40.235)
Ajuste a valor presente	(3.471)	3.588	3.705	3.457	234	7.045
Transferências	9.937	40.916	(9.937)	(40.916)	-	-
Saldo em 31.12.2022	82.922	60.182	-	54.418	82.922	114.600

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 30.12.2020	72.970	79.218	-	61.459	72.970	140.677
Adições/Reversões	-	(9.493)	3.493	48.392	3.493	38.899
Utilizações	(132)	(63.381)	-	-	(132)	(63.381)
Ajuste a valor presente	1.433	3.286	(1.258)	2.797	175	6.083
Transferências	2.235	51.927	(2.235)	(51.927)	-	-
Saldo em 31.12.2021	76.506	61.557	-	60.721	76.506	122.278

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente às manutenções realizadas, foram de R\$ 39.934 (R\$ 62.992 em 31 de dezembro de 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 1.536.885, compostos por 2.284.105.562 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$ 1.513.585 em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receita de serviços prestados	418.543	383.448
Receita de serviços de construção	171.827	133.193
Outras receitas	<u>19.130</u>	<u>17.570</u>
Receita bruta	609.500	534.211
ISSQN	(20.927)	(19.461)
PIS	(2.843)	(2.602)
COFINS	(13.121)	(12.011)
Outras deduções	<u>(309)</u>	<u>(653)</u>
Receita líquida	<u><u>572.300</u></u>	<u><u>499.484</u></u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Custos:		
Com pessoal	(39.028)	(37.021)
Serviços de terceiros	(30.071)	(28.670)
Conservação	(22.476)	(26.892)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.323)	(3.082)
Consumo	(6.545)	(5.935)
Transportes	(8.994)	(6.048)
Verba de fiscalização	(18.054)	(16.331)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(699)	(947)
Seguros / Garantias	(4.485)	(3.155)
Provisão de manutenção em rodovias	(25.512)	(38.899)
Custos de serviços da construção	(171.827)	(133.193)
Depreciação / Amortização	(166.501)	(146.552)
Outros	<u>(1.155)</u>	<u>(1.366)</u>
Total	<u><u>(498.670)</u></u>	<u><u>(448.091)</u></u>

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas:		
Com pessoal	(15.813)	(15.219)
Serviços de terceiros	(3.079)	(2.602)
Manutenção de bens e conservação	(1.496)	(1.556)
Consumo	(867)	(1.022)
Transportes	(53)	(118)
Seguros/Garantias	(37)	(37)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(3.952)	(4.208)
Comunicação e marketing	(392)	(332)
Indenizações à terceiros	(109)	-
Publicações legais	(150)	(204)
Depreciação / Amortização	(718)	(429)
Outros	<u>(1.734)</u>	<u>(1.102)</u>
Total	<u><u>(28.400)</u></u>	<u><u>(26.829)</u></u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	22.173	2.155
Atualização de créditos fiscais	372	29
Outras receitas	<u>17</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>22.562</u></u>	<u><u>2.184</u></u>
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(88.330)	(45.465)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(9.368)	(7.749)
Outras despesas	<u>(14.066)</u>	<u>(1.920)</u>
Total	<u><u>(111.764)</u></u>	<u><u>(55.134)</u></u>

(*) Do total dos juros de financiamento e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 64.628 o montante de R\$ 7.904 (R\$ 51.589 e R\$ 11.707 em 31 de dezembro de 2021), foram reconhecidos como adição de infraestrutura em construção na demonstração de fluxo de caixa de investimento.

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e Equivalente de Caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.12.2022	31.12.2021
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	195.639	149.879
Total das adições de imobilizado (b)	2.631	522
Juros capitalizados - financiamentos	(657)	(629)
Juros capitalizados - debêntures	(7.247)	(11.078)
	<u>190.366</u>	<u>138.694</u>
Aquisição (adições)	(190.366)	(138.694)
Fornecedores	11.154	(4.459)
Obrigações fiscais	927	(745)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(276)
Cauções contratuais	1.513	172
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(40.235)	(63.381)
Provisão para investimentos em rodovias	6.182	3.361
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>(210.825)</u>	<u>(204.022)</u>
Fluxo de Caixa Imobilizado	(2.631)	(522)
Fluxo de Caixa Intangível	<u>(208.194)</u>	<u>(203.500)</u>
Total dos Fluxos de Caixa de Imobilizado e Intangível	<u>(210.825)</u>	<u>(204.022)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa: Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar nos exercícios, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(20.459)	(65.328)

(a) Vide nota 11 – Intangível e infraestrutura em construção

(b) Vide nota 10 – Imobilizado

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(477.169)	(16.625)
Número de ações durante exercício (*)	<u>2.284.106</u>	<u>2.284.106</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,2089)</u>	<u>(0,0073)</u>

Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
<u>31.12.2021</u>	<u>0</u>	<u>0,00%</u>	<u>-</u>	<u>2.284.105.562</u>	<u>2.284.105.562</u>
<u>31.12.2022</u>	<u>365</u>	<u>0,00%</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.284.105.562</u>
				Média ponderada (em milhares)	<u>2.284.106</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	412.583	412.583	10.585	10.585
Aplicação financeira	Nível 2	1	209.133	209.133	14.529	14.529
Contas a receber clientes	Nível 2	2	30.051	30.051	25.772	25.772
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	307	307	172	172
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	143	143	32.753	32.753
Outros Créditos	Nível 2	2	3.823	3.823	3.520	3.520
			656.040	656.040	87.331	87.331
Passivo						
Financiamentos	Nível 2	2	-	-	404.417	404.417
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	302.104	302.104	152.739	152.739
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	4.069	4.069	3.603	3.603
Debêntures (**)	Nível 2	1	1.020.459	827.054	98.746	104.901
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	40.684	40.684	28.490	28.490
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.539	1.539	1.417	1.417
Outras contas a pagar	Nível 2	2	7.492	7.492	8.291	8.291
Arrendamento mercantil a pagar (***)	Nível 2	2	24.163	24.163	19.015	19.015
			1.400.510	1.207.105	716.718	722.873

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 13

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a financiamento e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% e redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Receita de aplicações financeiras	25.870	32.337	38.805	19.402
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(40.399)	(49.743)	(59.088)	(31.054)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(14.529)</u>	<u>(17.406)</u>	<u>(20.283)</u>	<u>(11.652)</u>
IPCA	5,31%	6,64%	7,97%	3,98%
Juros a incorrer - Debêntures	(135.719)	(150.354)	(164.988)	(121.085)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(135.719)</u>	<u>(150.354)</u>	<u>(164.988)</u>	<u>(121.085)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(150.248)</u>	<u>(167.760)</u>	<u>(185.271)</u>	<u>(132.737)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 30 de dezembro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$ 26.094 (R\$ 21.615 em 31 de dezembro de 2021) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas

obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$ 477.169 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e (R\$16.625 em 31 de dezembro de 2021); o ativo circulante da Sociedade superou o passivo circulante em R\$ 424.765, porém em 31 de dezembro de 2021 o passivo circulante superou o ativo circulante em R\$ 254.414.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	9,91%	24.163	28.923	6.442	7.336	7.165	5.867	2.113
Debêntures - IPCA	20,14%	999.979	1.360.099	26.314	31.182	63.033	162.137	1.077.433
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	40.684	40.684	40.684	-	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	4.069	4.069	4.069	-	-	-	-
Outras contas a pagar	0,00%	7.492	7.492	7.492	-	-	-	-
		1.076.387	1.441.267	85.001	38.518	70.198	168.004	1.079.546

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	190.198

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 29.601 (R\$ 17.748 em 31 de dezembro de 2021).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Fernão Dias. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

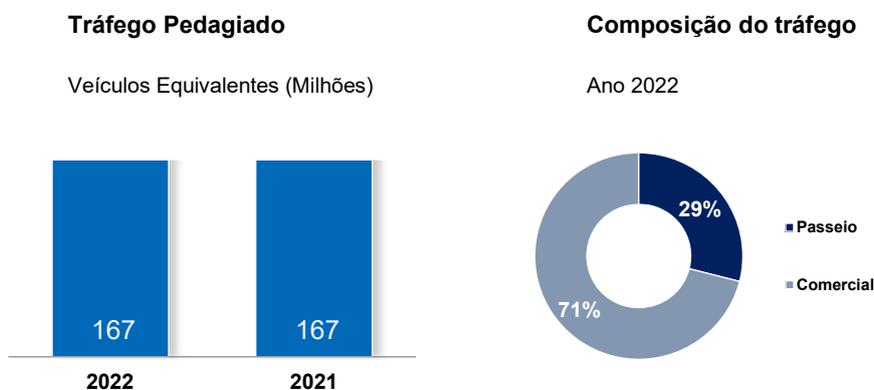
A Autopista Fernão Dias foi constituída em 19 de dezembro 2007 com suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, sendo o contrato de concessão, que abrange o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com direito a cobrança de pedágio pelo prazo de 25 anos.

Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Fernão Dias são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Ao longo do ano de 2022 a tarifa praticada para veículos de passeio foi de R\$ 2,70 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2022, o tráfego pedagiado totalizou 167,1 milhões de veículos equivalentes, volume este superior em 0,3% em relação ao registrado no ano anterior (166,7 milhões). Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados, principalmente a atividade econômica brasileira.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 609,5 milhões com as atividades de transporte rodoviário, com aumento de 14,1% sobre o obtido em 2021 de R\$ 534,2 milhões.



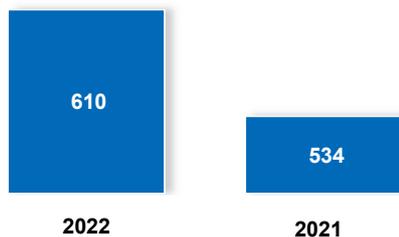
A receita de pedágio registrou R\$ 418,5 milhões em 2022, uma variação de 9,2% em relação à 2021, quando totalizou R\$ 383,4 milhões. A variação positiva se deve, basicamente, ao aumento na tarifa praticada.

A receita de obras registrou R\$ 171,8 milhões em 2022, contra R\$ 133,2 milhões registrada em 2021, representando uma variação de 29,0%. Esse aumento ocorreu em decorrência do maior volume de obras executadas ao longo da rodovia, em cumprimento ao cronograma de obras.

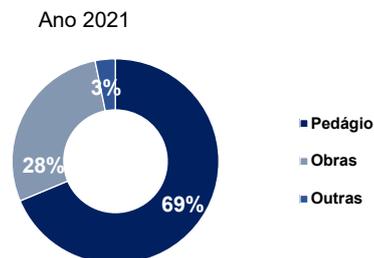
As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 19,1 milhões em 2022, o que representa um aumento de 8,9% da receita acessória realizada em 2021 que foi de R\$ 17,6 milhões, devido a reajuste de contratos pelo IPCA, além de incorporar novas receitas.

No ano de 2022, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 572,3 milhões, um aumento de 14,6% em relação ao ano de 2021.

Receita Bruta (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta



Investimentos

Durante o ano de 2022, foram investidos R\$ 210,8 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 204,0 milhões realizados em 2021, perfazem o montante de R\$ 414,8 milhões realizados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia, nos últimos dois períodos.

Investimentos

	Investimentos - R\$ milhões		
	2022	2021	%
Conserva Especial da Rodovia	81.685	72.789	12%
Operação, ampliações e melhoramentos na Rodovia	106.116	109.342	-3%
Outros	23.024	21.890	5%
Total	210.825	204.022	3%

A concessionária concluiu as obras de Rua Lateral localizada no km 1+500 ao km 3+500, localizada no município de Betim/MG, cumprindo o cronograma de suas principais obras para 2022.

Outras melhorias estão sendo executadas na rodovia no ano de 2022 como o início das obras de Terceira Faixa BR-381, localizado no km 22+300 ao 41+000 Trecho SP e o início da obra do Dispositivo no km 515+370, além da conclusão de 4 pontos de Sinistros de maior complexidade localizados ao longo da Rodovia.

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$ 122,5 milhões no ano de 2022, os quais foram através de empréstimos *intercompany*, totalizando R\$ 268,5 milhões.

A Fernão Dias emitiu em outubro de 2022 R\$ 1.000.000 (um bilhão), com vencimento em 2031, e custo de IPCA + 6,39% a.a. A debênture, avaliada com rating AAA pela S&P (*Standard & Poors*), terá juros semestrais e curva de amortização a partir de 2026. Os recursos da nova dívida foram usados para pagar as atuais linhas de financiamento da concessão e para financiar investimentos em manutenção e expansão na rodovia, tais como a construção de quase 50 km de terceiras faixas entre Mairiporã, Atibaia e Bragança, em São Paulo, aprovados mediante reequilíbrio junto a ANTT em junho de 2022.

Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 190,4 milhões negativo, representando 131,2% negativo da Receita Operacional Bruta, o que representa uma redução de 232% em relação a 2021, em que o valor adicionado foi de R\$ 126,7 milhões representando 23,7% da Receita Operacional Bruta daquele exercício, impactada pela constituição de provisão de *impairment*.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Entretanto, não houve a distribuição de dividendos previstos, uma vez que a Concessionária não registrou lucro líquido no exercício findo de 2022.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2022, a Concessionária investiu R\$ 53.661 mil (R\$ 36.810 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

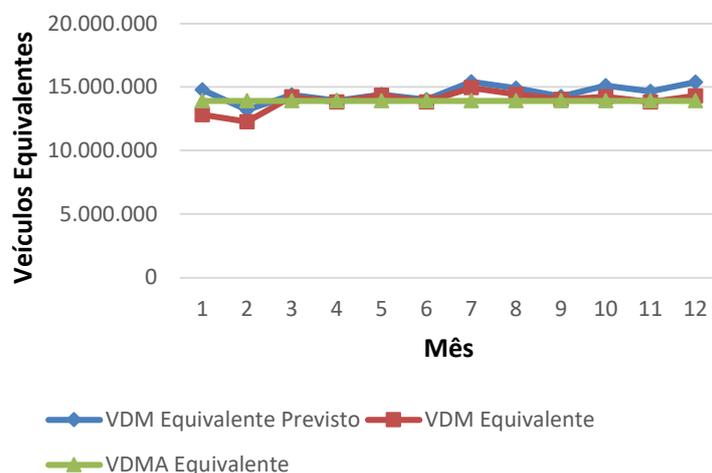
Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego

Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume – 2022



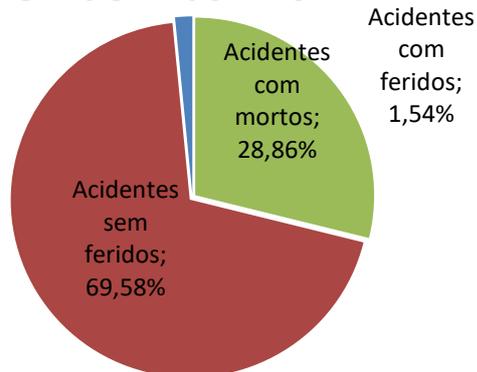
b) Segurança no Trânsito

Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

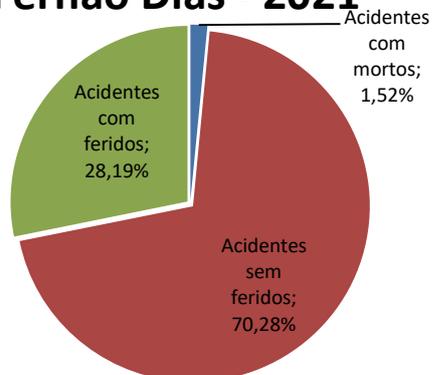
Percentual de acidentes por gravidade em 2022

Fernão Dias - 2022



Percentual de acidentes por gravidade em 2021

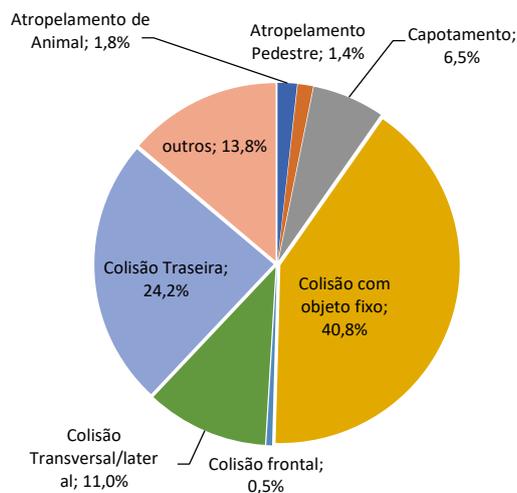
Fernão Dias - 2021



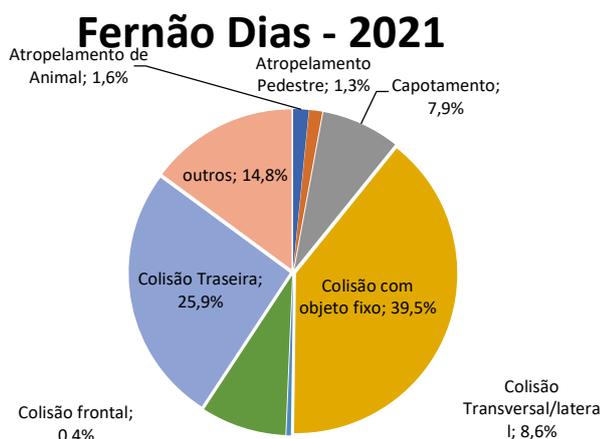
A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2022

Fernão Dias - 2022



Acidente por tipo em 2021



c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/562,1 km
Viatura de Inspeção	19	3,38
Guincho Leve	18	3,20
Guincho Pesado	9	1,60
Guincho PIPA	5	0,89
AC - Ambulância Stand	16	2,85
AD - Ambulância UTI	7	1,25
Caminhão Operacional	3	0,53
Moto	2	0,36
BR Vida operacional	3	0,53
Total de veículos operacionais	82	14,59
Administração (Ranger, Doblo, Saveiro, Ford KA, HB20)	9	1,60
Conserva Pavimento (Ford KA, Saveiro)	53	9,43
Arrecadação HB20	2	0,36
Operações (Corolla, HB20, Ford KA)	7	1,25
Caminhonete ANTT Toro	3	0,53
Tráfego Saveiro	4	0,71
Segurança de trabalho (Ford KA, HB20)	4	0,71
Manutenção (Ford KA)	1	0,18
Investimento	81	14,41
Total de veículos de apoio	164	14,77
Total de veículos	246	29,35

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

CARGO	Quantidade	Qtd/10.000
ANALISTA DE CCA JR	1	0,06
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	36	2,15
COORDENADOR DE OPERACAO	3	0,18
OPERADOR DE CCA	0	0,00
OPERADOR DE PEDAGIO	348	20,82
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	2	0,12
SUPERVISOR DE CCA	0	0,00
Total de Arrecadação	390	23,34
ANALISTA DE TRÁFEGO JR	1	0,06
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	5	0,30
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS JR	1	0,06
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS PL	1	0,06
ANALISTA DE ENGENHARIA JR	2	0,12
ANALISTA DE ENGENHARIA PL	1	0,06
ANALISTA DE MEDICAO SR	1	0,06
ANALISTA DE PLANEJAMENTO PL	2	0,12
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	3	0,18
AUXILIAR ADMINISTRATIVO (Terc)	1	0,06
AUXILIAR OPERACIONAL (Terc)	2	0,12
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	0,12
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO(Terc)	0	0,00
ASSISTENTE DE ENGENHARIA II	1	0,06
ASSISTENTE DE ENGENHARIA III	1	0,06
COORDENADOR DE ENGENHARIA	1	0,06
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMINIO	1	0,06
ENFERMEIRO (Terc)	38	2,27
DIRETOR DE OPERACAO	1	0,06
GERENTE REGIONAL DE CONTRATO DE CONCESSÃO	1	0,06
GERENTE DE OPERAÇÕES	1	0,06
GERENTE TÉCNICO	1	0,06
GERENTE DE TRECHO (Terc)	1	0,06
INSPETOR DE TRÁFEGO	64	3,83
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	2	0,12

MÉDICOS (Terc)	39	2,33
OPERADOR DE CCO	18	1,08
OPERADOR DE GUINCHO	50	2,99
OPERADOR DE GUINCHO MUNCK	11	0,66
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	40	2,39
OPERADOR DE PIPA	12	0,72
OPERADOR DE TRÁFEGO	1	0,06
SECRETARIA PL	1	0,06
TECNICO DE SEGURANÇA JR	1	0,06
TECNICO DE SEGURANÇA PL	3	0,18
TECNICO DE SEGURANÇA (Terc)	1	0,06
SOCORRISTAS (Terc)	187	11,19
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	4	0,24
OPERAÇÕES	503	30,10
TOTAL GERAL	893	53,44

d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulada
Receita	609.500	6.476.734

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulada
Investimentos	210.825	3.021.855

Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulada
Custos Operacionais	695.174	5.097.618

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$ 695,1 milhões em 2022, ante R\$ 324,1 milhões em 2021, aumento de 98%. Esse aumento se deve à constituição da provisão do *impairment*.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$ 162,5 milhões em 2022, um aumento de 4% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$ 155,8 milhões, a principal causa dessa variação foi o aumento nos custos de pessoal, dissídio coletivo da categoria.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulada
ISS	25.437	277.064

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ Mil)

EBITDA			
(Em milhares de reais)			
	2022	2021	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	572.300	499.484	15%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(695.174)	(324.087)	115%
EBITDA ¹	(122.874)	175.397	-170%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(25.512)	(38.899)	-34%
(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(337.199)	-	100%
EBITDA Ajustado ²	239.837	214.296	12%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro, e provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*).

Endividamento (em R\$ mil)

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	Var%	Var R\$
Dívida Bruta	999.979	510.838	96%	489.141
Curto Prazo	10.364	112.149	-91%	(101.785)
Longo Prazo	989.615	398.689	148%	590.926
Posição de Caixa	621.716	57.867	974%	563.849
Caixa e equivalentes de caixa	621.716	25.114	2376%	596.602
Aplicações financeiras vinculadas ¹	-	32.753	-100%	(32.753)
Dívida Líquida	378.263	452.971	-16%	(74.708)

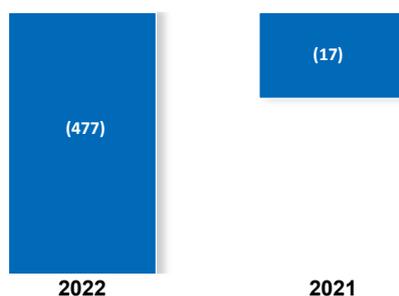
¹ Curto e longo prazos

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo líquido de R\$ 477,1 milhões, um aumento de R\$ 430,5 milhões frente ao resultado de R\$ 16,6 milhões registrado no exercício de 2021. Essa variação foi motivada, principalmente pela constituição da provisão do *impairment*.

Prejuízo Líquido (R\$ milhões)



Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$)

Tarifa

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 Norte – Defasada (Mairiporã)	unidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P1 Norte (Mairiporã)	unidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P1 Sul (Mairiporã)	unidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P2 (Vargem)	Bidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P3 (Cambuí)	Bidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P4 (São Gonçalo)	Bidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P5 (Carmo da Cachoeira)	Bidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P6 (Santo Antônio do Amparo)	Bidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P7 (Carmópolis de Minas)	Bidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35
P8 (Itatiaiuçu)	Bidirecional	2,70	5,40	4,05	8,10	5,40	10,80	13,50	16,20	1,35

Concessionária em números

Tabela - Rodovias			
Dados anuais e por empresa	Unidade de medida ou comentário		
Quilômetros de rodovia	562,1 quilômetros		
	Tipo	Nº	%
Número de veículos que transitaram	CAT-01	47.247.594	61%
	CAT-02	5.884.715	8%
	CAT-03	227.789	0%
	CAT-04	6.047.712	8%
	CAT-05	40.331	0%
	CAT-06	4.929.903	6%
	CAT-07	3.422.810	4%
	CAT-08	7.891.672	10%
	CAT-09	1.381.073	2%
		TOTAL	77.073.599
Número de praças de pedágios	10 praças de pedágio:		

P1 Norte – Defasada (Mairiporã)
P1 Norte (Mairiporã)
P1 Sul (Mairiporã)
P2 (Vargem)
P3 (Cambuí)
P4 (São Gonçalo)
P5 (Carmo da Cachoeira)
P6 (Santo Antônio do Amparo)
P7 (Carmópolis de Minas)
P8 (Itatiaiuçu)

TABELA DE CATEGORIAS			
VALOR DA TARIFA =2,7			
Descrição	Eixos	Categorias Fernão Dias	Tarifa Básica
Automóvel, Caminhonete e Furgão	AUTO	1	2,7
Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2D	2	5,4
Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3S	3	4,05
Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3D	4	8,1
Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4S	5	5,4
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4D	6	10,8
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5D	7	13,5
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6D	8	16,2
Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	MOTO	9	1,35

Número de quilômetros mantidos	Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
	BR 381/MG	478,2 - 949,9	471,7	943,4
BR 381/SP	0,00 - 90,4	90,4	180,8	
Total			562,1	1124,2

Índice de congestionamento	Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
	BR-381/MG	14%	67%	14%	2%	2%	2%
	BR-381/SP	0%	1%	41%	35%	10%	13%
BR-381 Contorno de Betim	0%	22%	78%	0%	0%	0%	
<p>Para a definição do Nível de serviço são considerados diversos dados, entre eles: velocidade permitida, VDM, velocidade média desenvolvida, quantidade de veículos leves e pesados, fluidez do tráfego, topografia do terreno, entre outras informações. O nível A corresponde ao melhor nível possível, e o F, ao pior.</p>							

Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária	%
	Jan	431.388,00	8%
	Fev	438.411,00	8%
	Mar	458.756,92	8%
	Abr	461.028,45	8%
	Mai	463.330,05	8%
	Jun	460.912,45	8%
	Jul	482.099,39	9%
	Ago	465.394,32	8%
	Set	467.453,62	8%
	Out	459.357,16	8%
	Nov	460.654,08	8%
	Dez	461.753,47	8%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	459.212
--	---------

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo
	Jurídico
	Comunicação
	Meio Ambiente
	Centro de Controle Operacional
	Arrecadação
	Conservação (engenharia)
	Pavimentação (engenharia)
	Obras (engenharia)
	Projetos (engenharia)
	Manutenção Tecnológica (rodovia)
	Faixa de Domínio
	Segurança do Trabalho
Tráfego	

Índices de qualidade de estrada	Autopista Fernão Dias – BR-381/MG		
	Parâmetro	ANO 14	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	0,00%	19,49%
	Autopista Fernão Dias – BR-381/SP		
	Parâmetro	ANO 14	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	0,00%	23,30%
	Autopista Fernão Dias – BR-381/MG- Contorno		
	Parâmetro	ANO 14	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	0,00%	41,40%

2022

Receita de pedágio	418.543	
Custos associados às receitas de pedágio	695.174	
Fator Trabalho	Em 2022	Em 2021
Número de Trabalhadores	808	785
Despesa de Pessoal	53.932	49.839
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	Método Linear	
Ativo Líquido	621.859	
Ativo Bruto	2.282.858	
Série Histórica dos Investimentos	3.021.855	
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	
Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	11.182	
Despesas em Manutenção	3.005	
Outras Despesas	-	
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	5.320
	Com vítimas feridas	2.206
	Com vítimas fatais	119
Indicadores		
Receita por KM	1.084	
Custo por KM	1.237	

Balço Social

	2022			2021		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	609.500			534.211		
Receita Líquida (RL)	572.300			499.484		
Resultado operacional (RO)	-324.596			-24.568		
Folha de pagamento bruta (FPB)	29.081			26.973		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	29.081			26.973		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.103	18%	1%	4.897	18%	1%
Encargos Sociais	10.889	37%	2%	9.374	35%	2%
Previdência privada	257	1%	0%	0	0%	0%
Saúde	4.434	15%	1%	4.372	16%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	279	1%	0%	289	1%	0%
Educação	32	0%	0%	26	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	113	0%	0%	115	0%	0%
Creches ou auxílio creche	523	2%	0%	439	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.975	10%	1%	3.217	12%	1%
Outros	323	1%	0%	215	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	24.929	86%	4%	22.944	85%	5%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	161	1%	0%	128	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	26	0%	0%	0	0%	0%
Outros	7	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	195	1%	0%	128	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	36.891	127%	6%	34.074	126%	7%
Total - Indicadores sociais externos	37.086	128%	6%	34.202	127%	7%
4 - Indicadores ambientais						

Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	281	1%	0%	206	1%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	281	1%	0%	206	1%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(x) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	808			785		
Tempo de serviço	até seis meses 18% de seis meses 8% a um ano entre um e 14% dois anos entre dois e 19% cinco anos mais de cinco 42% anos			até seis meses 14% de seis meses 11% a um ano entre um e 16% dois anos entre dois e 25% cinco anos mais de cinco 33% anos		
Nº de admissões durante o período	237			197		
Nº de demissões durante o período	228			199		
Nº de colaboradores terceirizados	1126			1083		
Nº de estagiários (as)	8			5		
Nº de colaboradores com até 18 anos	17			27		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	92			76		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	557			554		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	142			128		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	385			375		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,26%			0,27%		

Remuneração paga a mulheres no período	8.394	7.636
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	61	53
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,00%	0,00%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	24	27
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	113.281	109.198
Total de horas extras pagas (valor)	2.331	1.632
Total de INSS pagos	11.110	8.521
Total de FGTS pago	2.619	2.266
Total de Contribuição Sindical paga	-	-
Total dos demais encargos sociais pagos	-	-
Total de IRRF recolhido no período	2.586	1.794
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IRPJ recolhido no período	0	224
Total de CSLL recolhido do período	0	85
Total de PIS recolhidos no período	2.717	2.600
Total de COFINS recolhidos no período	12.538	11.999
Total de outros tributos recolhidos no período	21.887	19.429
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	47,97	45,78
Número total de acidentes de trabalho	5	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não são considerados	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não são considerados
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 2% na Justiça	0% no PROCON 7% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	-113.176	128.895

<p>Distribuição do Valor Adicionado</p>	<p>Govern -138% o Acionis 363% tas Colabo -48% radores Terceir -77% os 0% Retidos</p>	<p>Govern 21% o Acionis -9% tas Colabo 41% radores Terceir 47% os 0% Retidos</p>
---	---	--

Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

A Agenda ESG compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado.

Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentável. A estruturação do Comitê ESG, composto pela alta direção e acionistas, reportando diretamente ao Conselho de Administração, além da incorporação de metas ESG na avaliação de desempenho dos executivos, demonstram a robustez da governança do tema na companhia.

A redução de emissões atmosféricas, o foco na eficiência energética de suas operações e a contribuição para a economia circular são compromissos de uma das frentes prioritárias da Agenda ESG na busca pela descarbonização, seguindo a metodologia de metas baseadas na ciência da iniciativa Science Based Target. A primeira conquista da agenda foi a aquisição de certificados de energia renovável I-REC+REC Brazil correspondentes a 100% do consumo próprio de eletricidade de 2021, reduzindo a zero as emissões de CO₂e desta fonte.

Projetos implantados inicialmente em menor escala foram estendidos a maioria das concessionárias, como a substituição de lâmpadas tradicionais por LED, a implantação de painéis solares na Arteris ViaPaulista e no Núcleo de Soluções, escritório sede da empresa em Ribeirão Preto e a implantação de biofossas para tratamento de resíduos sanitários de forma ecológica. Outros destaques dentro do plano de descarbonização têm conexão com o consumo sustentável de combustíveis, a gestão de resíduos, a recuperação de pavimentos com utilização de asfalto reciclado e redução de consumo de energia na aplicação, dentre outras iniciativas.

Com o desafio presente na conservação da biodiversidade, a Arteris Fluminense se destacou com a relevância do projeto de passagens de fauna, infraestruturas de corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzem o isolamento geográfico e trazem proteção para a fauna silvestre, em especial o mico-leão dourado, além do aumento da segurança viária para os usuários da BR-101/RJ. Por meio deste projeto, a concessionária conquistou o Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2022, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, reconhecimento do Projeto Rodovias Sustentáveis.

Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Em 2022, a companhia também procurou aprofundar a análise de dados dos acidentes rodoviários conferindo um olhar mais “individualizado” para o perfil de tráfego e de ocorrências em cada concessionária, a fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: educação, com o Projeto Escola, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e engenharia, com investimentos em obras e manutenção.

O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um “cardápio pedagógico” com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões.

Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes, em seis meses de análise após a implantação.

O compromisso da Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders.

Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG.

Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e permanente das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura.

A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornecedores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria nos seus processos.

Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris, como a realização de um censo para mapear o perfil do público interno, com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltados para gênero, raça, LGBTI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentados pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022.

Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuam para a geração de valor compartilhado.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Pouso Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

A Administração

Diretoria

André Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômica-Financeira
& Relações com investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Alisson de Almeida Freire
Diretor de Operações

Maurício Teodoro de Souza
Contador

CRC - MG 076073-0-0

Conselho de administração

Sergio Muniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tômega
Conselheira

Roberto Paolini
Conselheiro